

Certificamos que **Marcio Gonçalves Flores** participou do **2 Seminário Catarinense de Estudantes de Ciências Contábeis**, realizado em modalidade online de 13/06/2022 a 15/06/2022, como **Apresentador(a) de Trabalho(s)**, com carga horária de 4hs.

Trabalhos apresentados e co-autores:

- Os Efeitos Da Pandemia Da Covid-19 No Orçamento Da Universidade Federal De Santa Catarina

Autor(a): *Marcio Gonçalves Flores*

Co-autor(es): *Amanda S Camargo, Sérgio Murilo Petri*


Marisa L. Shvabe de Moraes
Presidente do CRCSC


Vitor Paulo Rigo
Coordenador da Comissão de
Relacionamento do CRCSC com as IES/SC

Realização:



A força contábil unida
pela valorização.

Apoio:



Os Efeitos da Pandemia da Covid-19 no Orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina

Márcio Gonçalves Flores
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: marciogfloresufsc@gmail.com

Amanda da Silva Camargo, Mestranda
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: camargo.amanda21@gmail.com

Prof. Sergio Murilo Petri, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: smpetri@gmail.com

Resumo

Este trabalho aborda o orçamento no contexto de uma universidade pública, que tem sua regra orçamentária definida pela União e é fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Neste sentido, a falta de flexibilidade do orçamento público pode prejudicar as ações de gestão em casos de urgência, a pandemia da Covid-19, a crise sanitária trouxe impactos financeiros significativos aos entes públicos, redução na arrecadação, despesas não previstas, realocação de recursos, entre outros. O objetivo desta pesquisa é investigar as diferenças entre os orçamentos de 2018 a 2021 na Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisa busca colher elementos sobre a execução do orçamento no que tange aos repasses da União e a estratégia da gestão para lidar com tal situação adversa. Os procedimentos metodológicos foram realizados por meio de levantamento de dados secundários públicos disponíveis no site da universidade. A análise concluiu que os resultados das rubricas apenas pessoal, encargos sociais, benefícios sociais tiveram aumento na participação dos componentes orçamentários totalizando quase 9%, já custeio, capital e destaques recebidos tiveram uma redução 1,82%, 0,02% e 7% respectivamente, totalizando 8,84%. Deste modo, a rubrica da folha de pagamento consumiu consideravelmente esses valores. Conclui-se que mesmo não havendo redução, ou mesmo com incrementos na disposição do orçamento, caso esse aumento não acompanhe o crescimento das despesas obrigatórias, os reflexos na execução das despesas de custeio e capital podem ser significativos, principalmente no que se refere ao planejamento e previsibilidade na distribuição dos recursos.

Palavras-chave: orçamento público, Covid-19 e impactos, orçamento.

Linha Temática: Pandemia – Covid-19 – Reflexos causados positivamente ou negativamente.

1 Introdução

Converter os objetivos estratégicos em metas e valores operacionais, além de indicar o caminho para as decisões e operações dos gestores são as funções do orçamento (Lunkes et al., 2011). Para Leite et al. (2008), o orçamento seria o elo entre o planejamento e o controle, possibilitando identificar soluções para problemas encontrados em seu acompanhamento ou mesmo colaborar no desenvolvimento da habilidade de antecipar problemas potenciais, na literatura, os estudos sobre orçamento podem ser examinados no enfoque do processo de gestão, que engloba planejamento, execução e controle (Suave et al., 2013).

O orçamento público pode ser entendido como uma obra administrativa com força legal, que determina as ações do governo em relação as receitas estimadas e a fixação das despesas a serem realizadas em benefício da sociedade (Mello et al., 2007). Monteiro et al., (2021, p. 100) declaram que “No orçamento público são instrumentalizadas as políticas públicas que permitem ao governo planejar e garantir o direito dos cidadãos.”. No mesmo sentido Macêdo & Lavarda (2013, p. 71) ressaltam que “no orçamento, são alocados os recursos para atender as necessidades primárias e secundárias da sociedade, sendo, um norteador das ações do gestor na implantação de projetos, programas e ações.”, o dispêndio de recursos através de créditos orçamentários para sanar a demanda social, baseado em programas e na estimação das receitas, tem a ver com orçamento (Sá, 2017), Dantas et al. (2014) compreendem que o orçamento é um mecanismo com regras práticas e que assegura a realização de determinados propósitos, sendo organizado através de um documento contábil com a capacidade de classificar de forma clara, metódica e racional as origens e aplicações de recursos do poder público.

No Brasil, o sistema orçamentário está alicerçado em três elementos dispostos na Constituição Federal e que estão interligados: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), através delas e baseadas nos princípios legais são desenvolvidas as técnicas orçamentárias para atingir os objetivos pretendidos (Santos & Camacho, 2014).

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) segue a regra orçamentária definida pela União e fiscalizada pelo TCU, por se tratar de uma instituição de ensino superior federal (Cunha et al., 2010).

A pandemia da Covid-19 trouxe inúmeros impactos, que antes pareciam inimagináveis, dentre eles, destaca-se o isolamento social como forma de conter a transmissão do vírus. Essa ferramenta utilizada durante a crise sanitária modificou drasticamente o dia a dia de pessoas, das organizações privadas e públicas e da sociedade como um todo.

Diante do exposto, a UFSC precisou se adequar as medidas de controle sanitário, necessitando realizar algumas mudanças drásticas em seu calendário acadêmico e nas rotinas administrativas da instituição. A mudança do ensino presencial para remoto, as condições de acesso dos estudantes aos ambientes virtuais de ensino, a capacitação de docentes e técnicos administrativos, todas essas medidas foram adotadas seguindo as orientações propostas por especialistas na área de saúde e atendendo aos decretos vigentes. A universidade manteve suas atividades de forma online, prezando pelo bem-estar de todos os envolvidos, com responsabilidade e diligência no tratamento dos recursos públicos que se tornaram cada vez mais limitados, todas essas medidas visaram manter a qualidade e o funcionamento da instituição (Balthazar, 2022).

Nesta perspectiva, a questão norteadora da pesquisa é: Quais as consequências da pandemia da Covid-19 no orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina? Sustentando-se em tal questionamento, o objetivo desta pesquisa é investigar as diferenças de valores e de

direcionamento na execução dos orçamentos de 2018 a 2021 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como justificativa, destaca-se a “necessidade de maior discussão acadêmica e conceitual dos temas relacionados à área pública” (Macêdo & Lavarda, 2013, p. 72), e esclarecimento de práticas de gestão orçamentária universitária em períodos atípicos. As buscas realizadas nas bases de dados não apresentaram resultados consistentes, apresentando certa carência na literatura. Assim, essa pesquisa torna-se relevante, pois fomenta novas discussões sobre a temática.

No que se refere a organização do estudo, este está estruturado em quatro seções, além da Introdução. Na seção 2, o Referencial Teórico, traz o embasamento teórico do trabalho. Seguido da seção 3 que apresenta a Metodologia. Na seção 4, apresentam-se as Análises dos Dados e os Resultados Encontrados. E por fim, na seção 5, as Considerações Finais.

2 Referencial Teórico

Nesta seção apresentar-se-á orçamento de forma geral, o que venha a ser um orçamento público, dado que o objeto de pesquisa é o impacto da pandemia e o orçamento em uma universidade pública em caso de calamidade pública.

2.1 Orçamento

Planejamento, coordenação e controle são os aspectos principais do orçamento (Lunkes, 2003).

Dentro de um processo maior, seus objetivos devem estar alinhados com o planejamento estratégico da organização, gerando um plano de metas e recursos e definindo as atividades necessárias para sua operacionalização. Esse plano é que vai orientar a execução e contribuir inclusive com a análise de desempenho (Lunkes et al., 2011).

Para que o orçamento cumpra sua função de tradutor da estratégia nas organizações e necessário que sua execução seja mais assertiva na utilização dos recursos (Rodrigues, 2015), o sucesso dessa conexão de longo, médio e curto prazo, está ligado diretamente ao orçamento e ao controle orçamentário como ferramentas de contabilidade gerencial (Frezatti et al., 2007).

Como um instrumento gerencial, ele é utilizado no planejamento, coordenação e avaliação das ações, além de projetar os objetivos e fornecer informações para tomada de decisão (Sena, 2021).

Se utilizados apenas para atingir as metas financeiras, pode atrapalhar a criatividade e a sinergias nas pessoas para desenvolver as estratégias e processos orientados para o cliente (Lunkes, 2003).

2.1.1 Orçamento Público

O orçamento público como ferramenta de gestão, permite organizar as atividades econômicas e financeiras, prevendo as receitas e fixando as despesas, funcionando como uma matriz global, um marco regulador e classificando de forma clara, metódica e racional, as origens e aplicações dos recursos públicos (Dantas et al., 2014), ele mostra aos agentes públicos e à sociedade, o que se espera baseado em possibilidades com relação ao planejamento das ações do governo e a aplicação dos recursos públicos (Alves, 2015).

No período de um ano ele deve prever os recursos a serem arrecadados e fixar as despesas necessárias, à manutenção da máquina pública e na aquisição de bens e serviços a

serem colocados à disposição da sociedade (Mello et al., 2007).

A Constituição Federal prevê a interligação de três peças que compõem o sistema orçamentário brasileiro, este tripé é composto pelo Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentaria (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), o PPA apresenta o conjunto de programas, projetos e atividades que o governo tem a intenção de elaborar e concluir. A LDO serve como ligação entre o PPA e a LOA, nela estão as metas e prioridades da administração, compõem as alterações tributárias e as políticas de aplicação das agências oficiais de fomento e orienta a elaboração da LOA, que em si, é o próprio orçamento, onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas para o ano seguinte (Monteiro et al., 2021).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 2000), trouxe outras competências para LDO, que passou a dispor sobre regras sobre renúncia de receitas, elaboração dos anexos de Metas e de Riscos Fiscais, equilíbrio entre receitas e despesas, etc. (Couto et al., 2018).

Seguindo o Ciclo Orçamentário, o Poder Executivo envia a proposta orçamentária para o Poder Legislativo, a fim de que este proponha as emendas, vote em plenário e devolva ao Poder Executivo nos prazos determinados: PPA e LOA, até o encerramento do segundo período da sessão legislativa (15 de dezembro), LDO, até o fim do primeiro período legislativo (30 de junho), para sanção ou veto. No caso de sanção do Poder Executivo ou rejeição do veto pelo Legislativo, será promulgado (Sá, 2017).

No que se refere a previsão de receitas e fixação de despesas orçamentárias, cabe identificar a classificação das mesmas: as receitas e despesas orçamentárias estão classificadas em receitas correntes, elas serão destinadas a suprir as despesas correntes que são de natureza operacional e se subdividem em despesas de custeio (as realizadas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros ou encargos diversos), e transferências correntes, que não tem contraprestação direta em bens ou serviços, já as receitas de capital serão destinadas a cobrir as despesas de capital e são constituídas pelos investimentos (obras, equipamentos e instalações, por exemplo), inversões financeiras (aquisição de imóveis, participação de capital em empresas ou entidades, concessão de empréstimos entre outras) e transferência de capital (amortização da dívida pública, auxílios e outras contribuições) (Santos & Camacho, 2014).

O princípio do equilíbrio orçamentário (receita prevista deve ser igual a despesa fixada) vem de encontro a necessidade de se controlar os gastos públicos, que passou a ter destaque especial após a instituição da LRF, buscando uma gestão cada vez mais baseada na eficácia, eficiência e transparência (Santos & Camacho, 2014).

2.1.2 Orçamento Público em Caso de Calamidade Pública

A pandemia de caráter mundial, acarretada pela Covid-19, apesar de ser uma crise sanitária, traz também consequências nas áreas econômicas e financeiras dos entes públicos, que precisaram investir nas estruturas de saúde emergencial e adotaram medidas para contenção da disseminação do vírus, sendo a principal medida de restrição o distanciamento social, com fechamento de várias áreas de serviços e comércio, afetando a arrecadação, causando desemprego e diminuindo a renda das pessoas e conseqüentemente a queda da arrecadação, além de realocação de recursos para combate da pandemia (Dotto et al., 2021).

Com o aumento dos dispêndios, perturbação da economia, queda na arrecadação, torna-se indispensável a boa gestão das finanças públicas, para conservação da saúde fiscal e o bom funcionamento das atividades estatais (Borges, 2020).

Os efeitos orçamentários provenientes da pandemia da Covid-19, podem ameaçar o equilíbrio orçamentário, seja através da queda na arrecadação ou mesmo com a necessidade de

aumento das despesas, a flexibilização do orçamento para o Ministério da Saúde, a publicação de Medidas provisórias (929, 935, 937, 939, 943, 959) que permitem a abertura de Crédito Adicional Extraordinário para o enfrentamento da pandemia, foram algumas das políticas públicas na gestão dos recursos, ao mesmo tempo em que se atendia a população em sua emergência sanitária e social (Monteiro et al., 2021).

A Emenda Constitucional nº 106/2020 denominada “Orçamento de Guerra”, visa entre outras medidas, a separação dos gastos com a pandemia do orçamento geral da União (Monteiro et al., 2021).

2.2 Estudos Anteriores

Em pesquisa na base SPELL® não foram encontradas pesquisa publicas até abril/2022, já no Google Acadêmico encontramos algumas pesquisas, nas quais identifica-se alguma similaridade com a pesquisa realizada.

Autor (Ano)	Objetivo	Resultados	Procedimentos
Panizzon et al. (2020)	Analisar a relação entre os recursos públicos investidos nas universidades federais e sua capacidade de implementação de respostas à Covid-19	Sinaliza uma tendência de relação positiva entre o nível de gastos executados e a capacidade de implementação de respostas por meio de projetos de pesquisa e de extensão, principalmente, para o desenvolvimento de tecnologias	Método de categorização para avaliação do direcionamento das práticas de combate à Covid-19 pelas universidades federais
Cavalcanti Guerra (2022)	Refletir sobre os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19, a partir dos dados disponibilizados pelo Portal do Ministério da Educação do Brasil	Universidade pública que emergiu dos dados sugere a necessidade de uma mudança no modelo institucional e organizacional, que atualmente acomoda a universidade	Caráter exploratório, com abordagem qualitativa e estratégia bibliográfico-documental
Arruda (2020)	Evidenciar a excepcionalidade da situação que levou inúmeros países a desenvolver ações de educação remota emergencial e as implicações nos diferentes níveis educacionais	Evidencia-se uma incipiência na apropriação de tecnologias digitais na educação pública. Identificamos as principais informações sobre acesso à internet no país, no sentido de discutir possíveis políticas educacionais com vistas ao fomento d a manutenção do convívio escolar, ainda que em patamares digitais, de maneira a fortalecer a escola como eixo central da sociedade brasileira	Não foi apresentado

Lima (2021)	Realizar um exame reflexivo das ações desenvolvidas para a promoção da assistência estudantil apontando os acertos, ganhos, dificuldades e demais resultados alcançado	Apresenta o processo de implantação do edital inédito de “inclusão digital” que teve a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade e isonomia de participação nas aulas <i>on-lines</i> da universidade, proporcionando aos estudantes de baixa renda acesso à <i>internet</i> e computador. Utilizou-se a metodologia de observação participante e análise documental na construção do relato de experiência	Observação participante e análise documental
-------------	--	---	--

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em análise apenas o trabalho Panizzon et al. (2020) é que mais se aproxima da pesquisa que foi realizada.

3 Procedimentos Metodológicos

Com o propósito de investigar o impacto da pandemia da Covid-19 no orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, verificou-se as diferenças de valores e de direcionamento na execução orçamentária no período que compreende os anos de 2018 a 2021, desta forma esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva em seu objetivo, qualitativa quanto a abordagem, em seus procedimentos, uma vez que os levantamentos dados secundários apresentados a seguir foram pesquisados nos Relatórios de Gestão disponibilizados pela UFSC (Relatórios de Gestão UFSC, 2018 a 2021).

A seguir são apresentados e analisados os dados coletados Relatórios de Gestão disponibilizados pela UFSC no seu Relatório de Gestão UFSC, (2018 a 2021)

4 Análise dos Dados

Primeiramente apresenta-se a disposição orçamentária, composta pelo Orçamento Inicial, Orçamento Final, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas e Despesas pagas.

4.1 Apresentação dos dados

Essa seção tem como propósito de demonstrar a evolução dos valores no decorrer dos períodos. Nesta tabela podemos verificar que os valores absolutos (Tabela 1), vem uma linha crescente de ano para ano.

Tabela 5: Execução desagregação do orçamento do componente orçamentário Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios Sociais

Itens desagreg. no comp. orçament. Exec. em Pessoal, Enc. Sociais e Benef. Sociais.							
	2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
Ativo	51,18%	-0,80%	50,38%	-1,65%	48,73%	-0,34%	48,39%
Inativo	30,96%	1,45%	32,41%	0,83%	33,24%	-0,53%	32,71%
Pensionista	4,00%	0,09%	4,09%	0,13%	4,22%	0,15%	4,37%
Encargos Sociais	9,77%	-0,43%	9,34%	0,62%	9,96%	0,06%	10,02%
Precatórios	0,53%	-0,15%	0,38%	0,31%	0,69%	0,71%	1,40%

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Em sequência nas Tabela 6 e Tabela 7, estão dispostos, o orçamento executado em custeio com as diferenças percentuais de ano para ano, onde podemos constatar uma queda significativa nos valores deste componente orçamentário, seguido dos Itens desagregados do mesmo, evidenciando a movimentação orçamentária entre os itens do componente. Aqui damos destaque alguns itens que lideram essa movimentação, são eles: outros serviços terceirizados pessoa jurídica, auxílio financeiro aos estudantes (bolsas) e outras despesas de custeio.

Tabela 6: Orçamento Executado em Custeio

Orçamento Executado em Custeio.						
2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
R\$ 172.760.812,24	4,34%	R\$ 180.266.311,18	-7,33%	R\$ 167.047.227,02	-19,54%	R\$ 134.406.201,24

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Tabela 7: Itens desagregados no componente orçamentários executado em custeio

Itens desagregados no componente orçamentário executado em Custeio.							
	2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
Precatórios	0,46%	-0,25%	0,21%	0,18%	0,39%	0,40%	0,79%
Diárias	1,14%	-0,43%	0,71%	-0,65%	0,06%	0,07%	0,13%
Aux. Financ. Estudantes	16,49%	-1,17%	15,32%	8,95%	24,27%	4,29%	28,56%
Material de Consumo	6,91%	0,08%	6,99%	-3,72%	3,27%	-0,46%	2,81%
Passagens	1,00%	-0,40%	0,60%	-0,59%	0,01%	0,17%	0,18%
Outros Serv.Terc.P.Juridica	69,01%	0,39%	69,40%	-3,78%	65,62%	-3,89%	61,73%
Outras despesas de Custeio	4,99%	1,77%	6,76%	-0,38%	6,38%	-0,59%	5,79%

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Seguindo para o próximo componente orçamentário, vamos analisar as Tabela 8 e Tabela 9, evidenciando as movimentações em despesas de capital e seus itens desagregados.

Tabela 8: Orçamento executado para Despesas de Capital

2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
R\$ 12.140.810,17	22,88%	R\$ 14.918.637,85	36,24%	R\$ 20.324.845,00	-39,01%	R\$ 12.395.567,73

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Tabela 9: Participação (%) dos itens desagregados no componente orçamentos Capital

	2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
Obras	29,24%	17,93%	47,17%	-37,74%	9,43%	13,36%	22,79%
Material Permanente	70,08%	-17,34%	52,74%	37,56%	90,30%	-14,10%	76,20%
Outras Despesas de Capital	0,68%	-0,58%	0,10%	0,17%	0,27%	0,74%	1,01%

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Nas três próximas tabelas temos os destaques recebidos na Tabela 10, que são os recursos de transferências externas diretas (TED) à instituição para que sejam aplicados em programas de pesquisa e extensão, na qual se destaca uma queda considerável em 38,15%, já nas Tabelas 11 e 12 no qual se tem o orçamento total executado e a participação percentual de seus componentes orçamentários, as variações não são muito acentuadas, porém, o constante crescimento das despesas com pessoal, encargos sociais e benefícios sociais, pode influenciar diretamente no planejamento e na gestão dos recursos destinados, já que essa despesa, é a que mais consome os recursos do orçamento, e que a gestão da UFSC não tem como alterar sua distribuição.

Tabela 10: Destaques Recebidos

2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
R\$ 164.551.989,74	8,47%	R\$ 178.496.216,79	-8,51%	R\$ 163.309.885,21	-38,15%	R\$ 101.009.441,31

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Tabela 11: Orçamento Executado Total (R\$)

2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
R\$ 1.687.254.475,85	18,92%	R\$ 2.006.490.508,22	0,62%	R\$ 2.018.915.119,32	-2,75%	R\$ 1.963.379.133,35

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

Tabela 12: Participação (%) dos componentes orçamentários no Orçamento Total

	2018	Dif. %	2019	Dif. %	2020	Dif. %	2021
Pessoal, Enc.Sociais, Benef.Sociais	78,58%	2,80%	81,38%	1,25%	82,63%	4,75%	87,38%
Custeio	8,67%	0,31%	8,98%	-0,71%	8,27%	-1,42%	6,85%
Capital	0,61%	0,13%	0,74%	0,26%	1,00%	-0,37%	0,63%
Destaques Recebidos	12,14%	-3,24%	8,90%	-0,81%	8,09%	-2,95%	5,14%

Fonte: Dados da Pesquisa 2022.

4.2 Análise dos resultados

Como tratado na seção 2.2 (na página 5), como o mais próximo do trabalho realizado, foi Panizzon; Costa; Medeiros (2020), no qual apresenta o desenvolvimento do orçamento na Pandemia com relação direta no desenvolvimento de tecnologias, intervenção direta na sociedade, difusão de informação para sociedade, participação na rede de suprimentos, produção de estudos de impacto foram as relações de práticas e volumes de recursos executados no momento pandêmico. Já a presente pesquisa ficou nos componentes de orçamento, não sendo possível uma comparação de resultados.

5 Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo, investigar as diferenças de valores e os direcionamentos adotados na Execução dos Orçamentos da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de 2018 a 2021, com a intenção de verificar se impacto da pandemia da Covid-19 refletiria diretamente nos repasses, e qual seria a estratégia de gestão utilizada para manter os serviços (custeio), sem que isso prejudicasse o retorno das atividades.

Desse modo, verificou-se que não houve queda na disposição orçamentária, e que a queda na execução do orçamento, apesar de percentualmente parecer baixa (2,75%), e ter ocorrido somente em 2021, ela se torna significativa quando levado em consideração a representatividade dos componentes orçamentários do orçamento total executado.

Ficou clara também a estratégia da gestão, em movimentar os valores disponíveis dentro dos componentes orçamentários das despesas de custeio, conforme a urgência das necessidades.

Diante dos resultados, percebe-se que o grau de previsibilidade e planejamento ficam prejudicados, levando-se em conta a baixa flexibilidade, resultante do percentual de expressão dos componentes orçamentários, no orçamento total executado.

Assim, devido a importância do assunto, propõe-se para pesquisas futuras, demonstrar o ocorrido em outras Universidades Públicas, para fins de comparabilidade das práticas e dos repasses, além de verificar outros aspectos dentro do orçamento público e do orçamento universitário, contribuindo com novas discussões.

6 Referências

- Alves, G. H. T. (2015). O Orçamento Federal entre a realidade e a ficção : um desafio à transparência da despesa pública no Brasil * The integrity of the Brazilian National Budget : a challenge to the transparency of brazilian public spending. *Revista Da CGU*, **128–154**. <https://doi.org/https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v7i11.15>
- Arruda, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede - Revista De Educação a Distância*, **7(1)**, 257-275. 2020. <https://doi.org/10.53628/emrede.v7.1.621>
- Balthazar, U. C. (2022). *Mensagem do Reitor*. **Notícias UFSC**. <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2022/03/texto-reitor-2-anos-de-pandemia-pronto.pdf>
- Borges, M. G. B. (2020). *Impactos da Covid-19 nas Receitas Tributárias e na Condição Financeira dos Estados do Sudeste do Brasil*. <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20UspInternational/ArtigosDownload/3010.pdf>
- Cavalcanti; L. Maria R., GUERRA; M. G.G. V.. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.30, n.114, p. 73-93, jan./mar. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903113>
- Couto, L. C.; Barbosa, J. E. Neto; Resende, L. L. (2018). Flexibilidade do Orçamento Público perante a Execução Orçamentária. *RMC, Revista Mineira de Contabilidade*, **42–54**. <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc>
- Cunha, A. S., Soares, T. C., & Montenegro de Lima, C. R. (2010). Orçamento Base Zero: Um Estudo Nas Universidades Catarinenses. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, **4(2)**, **48**. <https://doi.org/10.12712/rpca.v4i2.35>
- Dantas, F. C., Albuquerque, L. S., Rêgo, T. de F., Carvalho, J. R. M. de, & Batista, F. F. (2014).

- O Orçamento Público como Ferramenta Efetiva para Gestão e Controle Financeiro da Administração Pública: Uma Análise da Percepção dos Gestores Municipais da Microrregião de Sousa/PB. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(1), 91–104. <https://doi.org/10.18405/recfin20140106>
- Dotto, A. H. C.; Schiavo, P. dos S.; Bertolini, G. R. F.; Dall’Asta, D. (2021). Os impactos financeiros-orçamentários iniciais da crise da Covid-19 nos estados brasileiros e Distrito Federal. *REVISTA DE TECNOLOGIA APLICADA (RTA) v.10, n.2, Mai-Ago 2021, p. 36-50*. ISSN: 2237-3713, November, 36–50. <https://doi.org/10.48005/2237-3713rta2021v10n2p3650>
- Frezatti, F. ., Guerreiro, R. ., Aguiar, A. B. de;, & Gouvêa, M. A. (2007). Análise do relacionamento entre a contabilidade gerencial e o processo de planejamento das organizações brasileiras. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(spe2), 33–54. <https://doi.org/10.1590/s1415-6552007000600003>
- Leite, R. M., Cherobim, A. P. M. S., Silva, H. de F. N., & Bufrem, L. S. (2008). Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(47), 56–72. <https://doi.org/10.1590/s1519-70772008000200006>
- Lima, J. A assistência estudantil na universidade de Brasília durante a pandemia do Covid-19. *Cadernos Cajuína*, V. 6 , N. 3 , 2021. <http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v6i3.504>
- Lunkes, R. J. (2003). Contribuição à melhoria do processo orçamentário empresarial [UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina]. In *Tese de Doutorado*. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84627/194318.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Lunkes, R. J., Ripoll Feliu, V. M., & Rosa, F. S. da. (2011). Pesquisa sobre o orçamento na Espanha: Um estudo bibliométrico das publicações em contabilidade - Budgeting Research in Spain: a Bibliometric Study on Accounting Publications. *Revista Universo Contábil*, 112–132. <https://doi.org/10.4270/ruc.2011325>
- Macêdo, F. F. R. R. ., & Lavarda, C. E. F. (2013). Características da Produção Científica sobre Orçamento Público , Orçamento Participativo e Controladoria Pública na Primeira Década do Século XXI Characteristics Of Scientific Production About Public Budget , Comptroller and Public Participatory Budgeting. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1), 34–42.
- Mello, G. R. de, Bitencourt, A. C. E. dos P., Magalhães, A. O. de, & Slomski, V. (2007). Nível de disclosure do orçamento público federal brasileiro. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 26(1), 42–53. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v26i1.3579>
- Monteiro, J. J., Rengel, R., Rosa, F. S., Lunkes, R. J., & Haskel, A. P. (2021). Reflexos da Covid-19 no orçamento público do governo federal reflections of Covid-19 in the federal government’s public budget janeiro josé monteiro. *Revista Gestão Organizacional*, 14(1), 97–116.
- Panizzon, M.; Costa, C. F.; Medeiros, I. B. O. Práticas das universidades federais no combate à Covid-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. *Rev. adm. pública (Online)*; 54(4): 635-649, jul.-ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200378>
- Relatórios de Gestão UFSC. (2018 a 2021). **Universidade Federal de Santa Catarina**. <https://dgpi-seplan.ufsc.br/relatorio-de-gestao/>
- Rodrigues, S. M. (2015). *Alinhamento percebido entre planejamento estratégico e execução orçamentária* [UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169453/340385.pdf?sequence=1>

- &isAllowed=y
- Sá, D. C. P. de. (2017). Aspectos gerais do orçamento público. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento*.
<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/orcamento-publico>
- Santos, L. A. dos, & Camacho, E. U. (2014). Orçamento Público Municipal: Uma Análise no Município de Cosmópolis/SP com Enfoque no Equilíbrio das Receitas X Despesas no Período de 2007 a 2012. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(2), 82–94.
<https://doi.org/10.18405/recfin20140206>
- Sena, T. R. (2021). Características da produção científica sobre orçamento: uma análise bibliométrica no período de 2012 a 2018. Characteristics of scientific production on budget: a bibliometric analysis in the period 2012 to 2018. *Revista De Gestão E Secretariado-Gesec*, 12(2), 52–71.
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v12i2.1192>
- Suave, R.; Lunkes, R. J.; Codesso, M. M. (2013). Análise das características da produção científica sobre orçamento em revistas brasileiras. *Revista de Administração e Negócios Da Amazônia*, January. <https://www.researchgate.net/publication/261175849>